

## Questão Discursiva 00563

A DPDF ajuizou ação civil pública visando à obtenção de provimento jurisdicional que determinasse a indenização de consumidores pelos danos morais e materiais sofridos em decorrência de interrupção irregular do fornecimento de energia elétrica em suas residências. A Companhia de fornecimento de energia, ao impugnar o pedido, invocou a ilegitimidade ativa da DPDF.

Com base nessa situação, responda, com fundamento no entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, aos seguintes questionamentos.

- A DPDF atuou nos limites de sua competência legal?

- Qual a viabilidade da ação proposta e a natureza jurídica do direito nela discutido?

### Resposta #004995

Por: roque dos santos neto 8 de Fevereiro de 2019 às 18:36

A defensoria pública é a instituição responsável pela orientação jurídica e defesa dos necessitados que comprovem insuficiência de recursos, conforme a Constituição Federal de 1988. O Superior Tribunal de Justiça, ao analisar o conceito de necessitado, abrangeu não apenas os vulneráveis econômicos mas também outras classes estigmatizadas como idosos, crianças, grupos étnicos. Neste esteira, o STF também entendeu que a atuação da Defensoria Pública deve ser pautada dentro das balizas constituições, sobretudo na proteção dos necessitados, alcançando todos que estivessem numa situação de vulnerabilidade em face da atuação arbitrária ou excessiva do Estado.

No caso em tela, conforme entendimento consolidado pelo STJ e STF, a DPDF atuou dentro dos limites da competência legal estabelecida pela Lei 7347/85, em seu art. 5, II. Esta legitimidade é um importante instrumento de garantia ao acesso à justiça, art. 5, XXXV da CF/88.

O fornecimento de energia elétrica é considerado serviço público regidos pelos princípios da contínuidade, eficiência, transparência. Qualquer interrupção deve ser precedida de aviso ao consumidor segundo entendimento do STJ. Neste ponto, a companhia de fornecimento praticou um ato abusivo gerador de danos morais e materiais aos consumidores, sendo viável, portanto, a ação proposta pela DPDF. Por conseguinte, a natureza do direito discutido é individual homogêneo em razão da possibilidade de se identificar os consumidores lesados.